

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO
CURSO PSICOLOGIA

VERÔNICA DIAS LEITE

**IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DOS
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

São Luís
2023

VERÔNICA DIAS LEITE

**IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do
Centro Universitário Unidade de Ensino Superior
Dom Bosco como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Psicologia.
Orientador: Prof. Me. Gracielle Santana.

São Luís
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro Universitário – UNDB / Biblioteca

Leite, Verônica Dias

Impactos da precarização do trabalho na saúde mental de professores da educação básica. / Verônica Dias Leite. ___ São Luís, 2023.

55 f.

Orientadora: Profa. Ma. Gracielle Santana.

Monografia (Graduação em Psicologia) - Curso de Psicologia – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2023.

1. Trabalho docente. 2. Precarização. 3. Saúde mental.
4. Professores. 5. Educação básica. I. Título.

CDU 159.97:616.89

VERÔNICA DIAS LEITE

**IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do
Centro Universitário Unidade de Ensino Superior
Dom Bosco como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Gracielle dos Santos Santana (Orientadora)

Mestre em Psicologia

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Prof. Lília Ferreira da Luz

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Prof. Me. Valéria Maria Lima Cardoso

Mestre em Psicologia

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Dedico esse trabalho a todos os meus professores que, ao longo da minha história de vida e da minha trajetória acadêmica, estiveram desempenhando sua profissão com maestria, apesar da desvalorização e da falta de reconhecimento do seu importante trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sentir-se em dívida com alguém e desejar retribuir da melhor forma, é querer recompensar. O caminhar dessa pesquisa fez reconhecer a impossibilidade de estar sozinha e a importância de poder ter com quem contar.

Deste modo, agradeço a professora Gracielle Santana, minha orientadora nessa pesquisa e professora querida de inúmeras disciplinas ao longo do curso, pelo apoio, pela disponibilidade, pela motivação, respeito e confiança em ajudar e me proporcionar uma experiência de pesquisa ética e em conformidade com a ciência. Obrigada por demonstrar com seu trabalho a importância da Psicologia Organizacional e do Trabalho!

Agradeço à professora Lidiane Collares, que me ajudou no caminhar dessa pesquisa desde o primeiro projeto e, ao longo do curso, pelo apoio, paciência e disponibilidade com todos de forma atenciosa e respeitosa. Obrigada por despertar, com sua dedicação e preocupação com a docência e com a psicologia, o interesse de pesquisar e vivenciar experiências que sempre me servirão de apoio no âmbito profissional.

Agradeço aos demais professores que compõe todo o corpo docente do curso de Psicologia da UNDB, me sinto privilegiada em poder compartilhar, com cada um de vocês, um pouco do conhecimento que carregam.

Agradeço aos meus colegas do Curso de Psicologia, minha amiga, que ganhei na graduação e vou levar para a vida: Musa da Silva, meu amigo e professor José Fernandes, meus amigos Jacques Alastair e Thalita Froés. Obrigada por vivenciarem comigo cada desafio que nos foi proposto ao longo desta caminhada acadêmica.

Agradeço aos meus pais, Vera Regina e Genival Menezes, obrigada pelo dom da vida, obrigada por me proporcionarem estar aqui hoje. Muito obrigada por acreditarem em mim e não me deixarem desistir. Agradeço à minha mãe do coração, Fátima Menezes, por todo apoio, ajuda, conselhos, pela preocupação e cuidado diário que tens comigo, obrigada! Obrigada por acreditar em mim, no meu sonho e muito obrigada por me inspirar todos os dias a ser uma pessoa melhor. Agradeço as minhas irmãs Bárbara Dias e Mariana Dias, muito obrigada por estarem comigo a todo instante, por não me deixarem desistir e por me incentivar e apoiar em todas as decisões e conquistas. Agradeço as minhas sobrinhas, Larissa, Laís e Lívia, vocês

fazem com que eu lute todos os dias por uma sociedade melhor. Obrigada por serem tão vivas em minha vida e me encherem de carinho e motivação todos os dias!

Agradeço, em especial, aos meus avós (*in memoriam*): seu João Vicente e dona Maria Consuelo, por serem exemplos de vida honesta e trabalhadora e nos inspirarem a buscar um meio digno para sobreviver, muito obrigada!

Por fim, e muito mais importante, agradeço a Deus! Para mim, fonte de toda sabedoria e minha força diária!!!

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, a educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos.”

(Hannah Arendt)

RESUMO

O presente estudo é movido pelo interesse em analisar como a precarização do trabalho impacta na saúde mental dos professores da Educação Básica da rede pública municipal de São Luís - MA. Serão elencados os seguintes objetivos específicos: apresentar um panorama geral sobre a precarização do trabalho docente no Brasil; identificar os fatores que, atualmente, contribuem para a precarização do trabalho dos professores da Educação Básica; investigar de que forma esses fatores impactam na saúde mental dos professores da Educação Básica. Ademais, a metodologia adotada será a pesquisa de campo, que tem como intuito conseguir obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada nesta pesquisa. Segundo estudos atuais, a profissão docente é considerada uma das mais estressantes, pois ensinar se tornou uma atividade desgastante que exige empenho tanto físico como emocional do professor, nesse sentido, a saúde mental dos professores é um tema que demonstra crescente relevância. A partir desse contexto, os resultados obtidos nesta pesquisa apontam que os professores têm sido sobrecarregados com inúmeras tarefas, além dos demais tópicos que contribuem para a precarização, como a má remuneração, as jornadas de trabalho excessivas e o estresse relacionado ao seu ambiente de trabalho o que têm contribuído de forma significativa no processo de adoecimento desses trabalhadores. Espera-se que os resultados deste estudo fomentem a reflexão sobre o planejamento de intervenções em saúde mental eficazes voltadas para o professor brasileiro. Portanto, faz-se crucial pensar em melhorias nas condições de trabalhos destes profissionais, principalmente, no que se refere a sobrecarga de trabalho que acarreta o maior número de adoecimentos tanto físicos como mental.

Palavras-chaves: Trabalho Docente. Precarização. Saúde Mental.

ABSTRACT

The present study is motivated by the interest in analyzing how the precariousness of work impacts on the mental health of Basic Education teachers in the municipal public network of São Luís - MA. The following specific objectives will be listed: to present an overview of the precariousness of teaching work in Brazil; identify the factors that currently contribute to the precariousness of the work of Basic Education teachers; to investigate how these factors impact on the mental health of Basic Education teachers. In addition, the methodology adopted will be field research, which aims to obtain the results and answers about the problematization presented in this research. According to current studies, the teaching profession is considered one of the most stressful, as teaching has become an exhausting activity that requires both physical and emotional commitment from the teacher. From this context, the results obtained in this research indicate that teachers have been overloaded with numerous tasks, in addition to other topics that contribute to precariousness, such as poor pay, excessive working hours and stress related to their work environment. which have significantly contributed to the illness process of these workers. It is hoped that the results of this study will encourage reflection on the planning of effective mental health interventions aimed at the Brazilian teacher. Therefore, it is crucial to think about improvements in the working conditions of these professionals, especially with regard to the work overload that leads to the highest number of illnesses, both physical and mental.

Keywords: Teaching Work. Precariousness. Mental health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: DA MÁ REMUNERAÇÃO AO ADOECIMENTO	15
2.1 Precarização do trabalho docente	17
2.2 Impactos na saúde física e mental	21
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
3.1 Caracterização dos participantes	23
3.2 Características do trabalho.....	25
3.3 Condições de trabalho.....	27
3.4 Características relacionados ao possível adoecimento.....	29
3.5 Precarização e adoecimento	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2010) a profissão docente é considerada uma das mais estressantes, pois ensinar se tornou uma atividade desgastante que exige empenho tanto físico como emocional do professor. Desgaste osteomusculares e transtornos mentais são formas de adoecimentos que estão cada vez mais sendo identificados nesses profissionais, isso se deve ao fato de inúmeros problemas relacionados a sobrecarga de trabalho, má remuneração, estresse e exigência de qualificação no desempenho.

Nesse sentido, aponta-se que, independentemente do nível de ensino e instituição – pública ou privada – que o docente atue, repercussões negativas na sua saúde poderão surgir “causadas pelo intenso envolvimento emocional com os problemas dos alunos, a desvalorização social do trabalho, as relações interpessoais insatisfatórias, as classes numerosas e a inexistência de tempo para descanso e lazer” (NEVES; SILVA, 2006, p. 96).

Sendo assim, no sentido de compreender como o fenômeno da precarização do trabalho docente, devido aos inúmeros fatores mencionados, impacta diretamente na saúde mental desses profissionais, o presente estudo tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Quais os impactos da precarização do trabalho na saúde mental dos professores da Educação Básica?

As pesquisas demonstram que a crescente exploração e precariedade das condições de trabalho tem resultado em grave prejuízo à saúde de professores e demais trabalhadores. Porém, observa-se um aumento no número de adoecimento entre os docentes nas últimas décadas, e um grande número de estudos aponta para o sofrimento mental como uma das formas mais reconhecidas deste adoecimento, isso se deve ao fato de inúmeros problemas relacionados a sobrecarga de trabalho, má remuneração, estresse e exigência de qualificação no desempenho.

Diante do problema de pesquisa apresentado, algumas hipóteses nos ajudarão a investigar de que maneira o trabalho precarizado do docente traz prejuízos a sua saúde seja ela física ou mental: Professores encontram-se adoecidos física e mentalmente devido às más condições de trabalho; Docentes da Educação Básica tem uma sobrecarga maior devido à desvalorização do trabalho e o aumento da cobrança para que a escola cumpra funções antes legadas a outras instituições sociais, como a família, por exemplo; Baixos salários, carga de trabalho exaustiva, alto

número de alunos por classe e o desrespeito por parte dos mesmos, bem como as cobranças intensas por um ótimo desempenho são alguns dos fatores que caracterizam a precarização do trabalho docente e contribuem para o adoecimento mental dos mesmos.

Serão elencados para esse estudo o seguinte objetivo geral: Analisar de que maneira a precarização do trabalho impacta na saúde mental dos professores da Educação Básica. E como objetivos específicos: Apresentar um panorama geral sobre a precarização do trabalho docente no Brasil; Identificar os fatores que, atualmente, contribuem para a precarização do trabalho dos professores da Educação Básica; Investigar de que forma esses fatores impactam na saúde mental dos professores da Educação Básica, que nos ajudarão a compreender de forma sistematizada de que maneira o trabalho precarizado do docente traz prejuízos a sua saúde seja ela física ou mental.

Neste trabalho aborda-se, a necessidade de analisar e refletir sobre como uma profissão tão importante é, ao mesmo tempo, tão desvalorizada e está, cada vez mais, deixando os profissionais que nela atuam adoecidos, principalmente, pela falta de reconhecimento da sua importância no crescimento e avanço da sociedade.

Esse estudo surge a partir do anseio de analisar e investigar sobre os fatores que contribuem para a precarização do trabalho dos docentes e os impactos desses fatores na saúde mental dos mesmos, tendo em vista que, ao longo do tempo ser professor vem se configurando das mais variadas formas, com isso, as responsabilidades e exigências sobre esse profissional ampliaram-se, de modo que ele precisa apresentar, além das competências pedagógicas, habilidades sociais e emocionais para lidar com os percalços que surgem no dia-a-dia da rotina escolar.

O fato de a saúde dos trabalhadores da educação ser objeto de estudo de uma variedade de áreas do conhecimento sugere que este é um tema de interesse multidisciplinar. As condições de saúde e trabalho dos docentes têm despertado o interesse de psicólogos, sociólogos, epidemiologistas, ergonomistas e demais profissionais da saúde. Eles revelam a preocupação com as condições do exercício profissional dos professores tendo em vista o aumento de problemas de saúde manifestados nos últimos vinte anos. (DIEHL; MARIN, 2016, p. 74).

Portanto, a saúde mental de professores é um tema de pesquisa que demonstra crescente relevância e também tem sido alvo de preocupação por parte de profissionais da saúde das mais variadas ordens, bem como de gestores institucionais e entidades sindicais que, ao perceberem o crescimento desses dados, despertaram o olhar para compreender a emergência do estudo sobre esse tema.

Acredita-se que esse estudo poderá estimular a reflexão sobre a saúde mental desta categoria e direcionar para novas pesquisas que permitam o engajamento de outras classes que também compõem o núcleo de trabalhadores escolares e, por sua vez, também são afetados por essas formas de adoecimento. Além disso, espera-se que os resultados fomentem a reflexão sobre o planejamento de intervenções em saúde mental eficazes voltadas para o professor brasileiro, bem como, a criação e o crescimento de políticas públicas educacionais que reconheçam o esforço desse profissional na tentativa de tornar a sociedade mais justa e igualitária.

Para a realização desse estudo a metodologia utilizada será a pesquisa de campo, com o objetivo de conseguir obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, para isso, a investigação será somada a estudos de outras pesquisas a nível bibliográfico, juntamente a realização da coleta de dados com o público analisado, ou seja, docentes do ensino básico.

Segundo Castilho, Borges e Pereira, (2014, p. 11), a pesquisa de campo é utilizada para

Gerar conhecimentos relativos a um problema, testar uma hipótese, ou provocar novas descobertas em uma determinada área. Baseia-se em projetos de pesquisa que determina as hipóteses, os objetivos e a metodologia utilizada para efetuar as observações controladas, as variáveis a serem observadas e analisadas, a amostragem, a técnica de coleta de dados, a preparação das informações e a análise estatística.

Para isso, a pesquisa de campo adotada para esse trabalho pretende observar os fatos de acordo como se apresentam na realidade a partir de uma amostra do público a ser estudado e da coleta de dados referentes aos fatos observados para que, posteriormente, esses dados sejam analisados e interpretados segundo a fundamentação teórica estudada, tendo como objetivo principal compreender e explicar o problema de pesquisa aqui apresentado.

O tipo de pesquisa utilizado para a realização do presente trabalho será a descritiva que “promove estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico, sem a interferência do pesquisador.” (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2014, p. 11). Nesse sentido, o objetivo é descrever os impactos que a precarização do trabalho trazem para a saúde mental dos profissionais docentes estabelecendo uma relação entre os fatos estudados e pesquisados, com isso através da utilização de um instrumento padronizado, isto é, um questionário, será possível realizar um estudo detalhado, com coleta de dados, análise e interpretação dos mesmos para garantir a eficiência da pesquisa.

O estudo em questão será feito respeitando os preceitos éticos estabelecidos na pesquisa científica com seres humanos e, por isso, submetido ao Comitê de Ética da Pesquisa, no que se refere a zelar pela legitimidade, privacidade e sigilo das informações, quando necessário, tornando o resultado dessa pesquisa público de acordo com a relevância do tema a ser pesquisado, nesse sentido, é válido salientar que, a coleta de dados para o referido estudo só será realizada apenas após a autorização do CEP, o participante deverá ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, onde terá todas as informações necessárias sobre a sua participação na pesquisa, de acordo com as Resoluções CNS nº 510/2016 e CNS 466/2012.

Para que os objetivos propostos para esse estudo consigam ser atingidos, esse trabalho será dividido nos seguintes capítulos: Introdução, que contará com uma breve descrição dos tópicos que serão explicitados no decorrer de todo o trabalho, bem como, uma síntese da metodologia utilizada; Precarização do trabalho docente: da má remuneração ao adoecimento, onde será feita uma apresentação do panorama geral da precarização do trabalho docente e, por meio de pesquisas de cunho bibliográfico, esclarecidos alguns conceitos que serão necessário para o entendimento desse trabalho, tais como, precarização, adoecimento mental, entre outros; Resultados e discussões que apresentará os impactos causados na saúde mental dos professores do ensino fundamental (anos iniciais) da rede municipal de São Luís – MA, demonstrando, detalhadamente os dados coletados no questionário e suas respectivas análises.

Diante do exposto, é notório que falar sobre saúde mental de professores é algo extremamente necessário e urgente, é importante lembrar que cada um de nós vai precisar, precisa ou precisou de um para se tornar um profissional ou um ser humano crítico e reflexivo. Para isso é fundamental a valorização dos professores, para que as instituições de ensino possam cumprir o papel de formação de cidadãos para um futuro melhor, em uma sociedade mais justa, igualitária, responsável e ética.

2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: DA MÁ REMUNERAÇÃO AO ADOECIMENTO

As mudanças ocorridas nas formas de organizações do trabalho acompanharam o desenvolvimento de outros segmentos da sociedade: econômicos, sociais e tecnológicos. Nos últimos tempos aconteceram mudanças significativas e importantes transformações nesse meio, tais como a racionalização dos processos de trabalho, com conseqüente redução do emprego, o incremento de atribuições e responsabilidades das ocupações, a flexibilização dos contratos de trabalho, entre outras. Essas transformações interferem, direta ou indiretamente, em todo corpo social e, conseqüentemente, na saúde do trabalhador.

Esse estudo pretende, sobretudo, tratar sobre como inúmeros fatores que colaboram para a precarização do trabalho docente contribuem para o adoecimento desses profissionais e chamar a atenção para a necessidade de uma intervenção direta e um olhar mais preocupado para a valorização dessa profissão que é extremamente necessária em toda e qualquer sociedade.

Seja por causa dos baixos salários ou da falta de reconhecimento pelo seu trabalho, os docentes sentem-se cada vez mais cansados e desvalorizados, com jornadas exaustivas e, na maioria das vezes, sem acesso aos cuidados necessários à saúde, principalmente, mental. Moreira e Rodrigues (2018), salientam que

Os profissionais professores também acompanharam transformações no trabalho educativo, principalmente nas últimas duas décadas. A erosão dos salários, a falta de estrutura material e humana nas escolas, a descontinuidade de anos letivos devido a frequentes greves, a crescente violência nas comunidades, entre outros, simultaneamente produtos e produtores da desvalorização profissional e do decorrente sofrimento no trabalho (p. 237).

Nesse sentido, essa categoria trabalhista encontra-se com demandas elevadas e, com isso, o estresse em decorrência da sobrecarga de trabalho aumenta e as doenças e transtornos psicológicos aparecem cada vez mais. Os fatores que contribuem para a precarização do trabalho docente vêm sendo elencados em pesquisas com professores das mais diferentes ordens. Costa e Germano (2007, p. 05), através de pesquisas, afirmam que “o trabalho em educação possui características peculiares, que geram estresse e alterações no comportamento dos profissionais envolvidos.”

Alguns elementos causadores da sobrecarga de trabalho são: a tensão própria do ambiente escolar, marcado por relações competitivas entre professores, a constante cobrança por aperfeiçoamento, a carência estrutural e material da maioria das escolas, nesse caso escolas públicas, assim como o baixo salário, pouca valorização da categoria, a inversão dos papéis entre família e escola e, conseqüentemente, os professores se tornaram pais dos seus alunos. As inúmeras tarefas do dia-a-dia escolar e o grande número de alunos por sala são fatores que corroboram com a precarizam do trabalho docente e contribuem para o adoecimento mental desses profissionais, nesse sentido, Costa e Germano concluíram, por meio de suas pesquisas, que “há impactos negativos na prática docente sobre a saúde dos profissionais, principalmente impactos psicológicos.” (2007, p.10).

No Brasil, as jornadas de trabalho situam-se em torno de 40h semanais, sendo raros os casos em que parte deste tempo (em geral 10% ou 20%) é dedicada ao trabalho extraclasse. Por isso muitas dessas atividades que fazem parte do processo de trabalho são realizadas no período extraclasse pelos docentes em suas casas no seu horário de descanso.

O trabalho real do/a professor/a extrapola os limites do tempo e do espaço do trabalho na escola. De acordo com a prescrição do trabalho, esse profissional deveria cumprir por semana um determinado tempo em sala de aula e outro tempo seria reservado para elaboração de aulas e demais atividades. Entretanto, devido às variabilidades, como número elevado de alunos por turma, espaço inadequado para desenvolver as atividades fora da sala de aula (sala dos professores), más condições de trabalho (ruído, falta de recursos materiais, como computador, livros, folhas e revistas), tempo insuficiente, constantes interrupções por parte dos alunos etc., uma regulação feita pelas professoras e professores é ocupar o que seria o seu tempo livre com essas atividades, invadindo as suas vidas domésticas (GOMES; BRITO, 2006, p. 56).

Com isso, percebemos que a sobrecarga de trabalho tem efeitos particularmente nocivos sobre as condições de trabalho e de saúde dos educadores, uma vez que torna mais acentuadas as condições já estressantes do trabalho realizado em condições satisfatórias normais.

Segundo os estudos que investigam a qualidade de vida dos docentes foram apresentados prejuízos nesse aspecto, sendo mencionados problemas relacionados ao sono, abuso de medicamentos, episódios depressivos, esgotamento, entre outros, com maior relevância a Síndrome de *Burnout*, estresse e ansiedade. Diehl e Marin (2016), em uma pesquisa de revisão de literatura, constataram que

Considerando o estresse, a ansiedade, o esgotamento e problemas relacionados ao sono como alguns dos principais sintomas de adoecimento

mental investigados, observa-se que eles são relacionados aos denominados Transtornos Mentais Comuns (TMC), quadro de sofrimento psíquico de natureza não psicótica, que inclui queixas de ansiedade, depressão, alterações de sono, fadiga e somatizações. (p. 78)

Considerando que o trabalho nem sempre é fonte de doença ou infelicidade mas pode, e deve, ser também fonte de saúde e prazer, é importante atentar aos professores, pois isso depende das condições nas quais o mesmo é realizado. A saúde e a educação são condições essenciais e preponderantes para o desenvolvimento da sociedade, contudo, frente aos problemas e demandas atuais, esses profissionais precisam de competência pedagógica, social e emocional.

2.1 Precarização do trabalho docente

O tema precarização do trabalho, de maneira geral, vem sendo alvo de pesquisas e estudos nos últimos tempos no nosso país, para Gomes et. al. (2012) esse termo refere-se ao surgimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo que passou a se basear na flexibilização das relações de trabalho. As pesquisas sobre esse tema no Brasil têm dado ênfase nas alterações ocorridas no mercado de trabalho, tais como: “crescimento da informalidade, de formas flexíveis de contratação e do desemprego em determinados setores e ocupações, bem como, suas implicações para os indivíduos” (GOMES et. al. 2012, p.270).

Segundo Antunes (1995),

Apesar de sempre ter havido trabalho precário no capitalismo a precariedade se “metamorfoseou”, pois passou a ter um lugar estratégico na lógica de dominação capitalista. Deixou de ser algo periférico ou residual, para se institucionalizar em todo o mundo. A precarização, assim, deve ser entendida como algo inserido em um contexto liberalizante que busca, dentre outras coisas, transferir responsabilidades, antes do empregador, ao trabalhador (p.273).

No que se refere a profissão docente, esse tema deve ser analisado a partir de diferentes elementos que o caracterizam, a saber, exaustivas jornadas de trabalho, baixos salários, relação professor – aluno, trabalho extraclasse, entre outros. Pereira et al. (2014) ressaltam que a precarização do trabalho docente faz parte de um processo histórico complexo que, atualmente, vêm se tornando cada vez mais evidente, o qual reflete diretamente na qualidade do ensino e na saúde dos professores.

As transformações sociais, as reformas educacionais e os modelos derivados das condições de trabalho dos professores provocaram mudanças na formação docente, com isso os professores tiveram seu trabalho ampliado porém isso não significou melhorias ou maior valorização dessa profissão. Além de estarem sobrecarregados com atividades que extrapolam seu compromisso em sala de aula, o professor passou a incorporar diversas tarefas dentro e fora do ambiente escolar que “culminam numa maior exigência e controle do seu trabalho que, junto com alta demanda, salários baixos e condições de trabalho impróprias desencadeiam em larga escala a precarização do trabalho docente” (MOURA et. al. 2019, p. 07).

Em nossa sociedade todos concordam que o trabalho docente é responsável pela formação dos sujeitos e o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo, além de contribuir com sua formação social e para sua entrada no mercado de trabalho, no entanto, esse reconhecimento não se transforma, na maioria das vezes, em apoio na busca por valorização e melhorias para essa classe trabalhadora.

O trabalho dos professores supera o seu compromisso em sala de aula, as tarefas que esses profissionais desenvolvem exigem muitas demandas extraclasse, entre elas, Moura et. al. (2019) destacam

Desenvolvimento de projetos com a comunidade, alunos e suas famílias; reuniões e interação entre os colegas de profissão e a direção da escola; planejamento e correção de aulas, trabalho e provas; realização de relatórios, etc. Suas demandas são diversas e a sua jornada de trabalho acontece dentro e fora da instituição escolar (p. 07 e 08).

Frente a isso, é importante salientar que, na atualidade, o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento ao aluno como foi historicamente esperado, contribuindo com essa perspectiva Gomes et. al. (2012) nos dizem que

Pensar a educação em sua totalidade significa compreender que o trabalho diário do professor não se resume apenas à prática pedagógica, mas requer também fundamentação teórica para o desenvolvimento de seu trabalho, estrutura física das escolas, organização do tempo e do espaço, jornada de trabalho adequada, salários compatíveis, plano de carreira, entre outros. Sem essas condições materiais, a tendência é que os professores não se reconheçam no produto de seu trabalho. Por isso, essa precarização é sentida nas nossas Instituições Educacionais, sejam básica ou superior (p. 280).

Nesse sentido, é importante enfatizar que a docência é uma profissão que envolve aspectos físicos e emocionais do profissional, essa característica do trabalho docente exige de cada professor uma carga de trabalho excessiva que ultrapassa o tempo pelo qual o mesmo é remunerado. Tal fato tornou-se comum após as mudanças

que vêm acontecendo nas últimas décadas decorrentes das transformações sociais do mundo do trabalho com as perspectivas do capitalismo e também as reformas educacionais. Sobre as transformações do trabalho docente, Abonízio (2012) afirma que

As condições de trabalho que essa categoria profissional está submetida têm sofrido severas transformações. Por exemplo, processo de desqualificação, desprofissionalização, intensificação do trabalho, flexibilização dos contratos, entre outros. Desse modo, todo o movimento referido tem contribuído para o definhamento da saúde dos trabalhadores da área, principalmente no que pese à saúde mental (p. 23).

Diante desse contexto, o trabalho docente, que possui, como dito anteriormente, uma importância incontestável na melhoria da educação e no progresso da sociedade, vem passando, ao longo do tempo, por uma fase de desvalorização e precarização, que, além dos fatos já mencionados, esses profissionais acabam sendo culpabilizados pelo fracasso da educação.

É notório que os docentes da rede pública de ensino enfrentam condições de trabalho muito precárias. Facci; Urt; Barros (2018), apontam, em seus estudos, alguns fatores que contribuem diretamente com a precarização do trabalho desses profissionais da educação, entre eles as autoras enfatizam a exaustivas jornadas de trabalho dos professores. Corroborando com esses apontamentos Moura et. al. (2019), dizem que “Muitos docentes necessitam trabalhar 40 ou 60 horas semanais para arcar com suas despesas e, por conseguinte, essa expressiva quantidade de horas trabalhadas irá interferir em sua vida e em sua saúde” (p. 09). Esses autores concluem que a saúde do profissional docente fica comprometida diante da carga excessiva de trabalho a que são submetidas.

De forma significativa, no contexto da precarização, de acordo com Moura et. al. (2019) destaca-se ainda

A má remuneração, a falta do cumprimento do plano de cargos e carreiras desses profissionais, bem como a ausência de estratégias claras de efetivação das políticas de formação que permitam aos professores estar sempre ampliando as suas possibilidades de enfrentamento dos diversos problemas inerentes à ação de ensinar, o descaso e a desvalorização percebidos pelos docentes nestas áreas causam desmotivação aos professores e, conseqüentemente, afetam sua saúde emocional (p. 10 e 11).

Em resumo, o professor se sente sobrecarregado pelas demandas de trabalho, com baixa remuneração, carga horária excessiva, necessidade de levar trabalho para casa e circunstâncias sociais que adentram a sala de aula, sem o amparo necessário para o seu fazer e sem reconhecimento social. A sociedade, a

escola e o Estado lançam sobre o professor a responsabilidade quanto à formação de crianças e adolescentes, sem atentar para a influência que as condições de trabalho possuem em sua saúde mental.

Outro ponto importante a ser destacado nesse âmbito é a feminização da profissão docente, observa-se, historicamente, que a inserção do sexo feminino no mercado de trabalho ocorre especialmente em profissões que guardam similaridades com as atividades doméstica. Tendo em vista que as atividades de cuidados e responsabilidades relativas à casa e aos familiares ficaram, historicamente, a cargo do sexo feminino, nesse sentido, o desenvolvimento dessas tarefas favorecem a concentração de mulheres em determinados tipos de trabalho, como, por exemplo, o magistério. Neves, Brito e Muniz (2019), demonstram que “o processo de feminização do magistério se deve não apenas à paulatina presença maciça das mulheres, mas também por se atrelar à certa maneira tida como feminina de percebê-lo e exercê-lo, sedimentando assim um determinado tipo de fazer” (p.02).

O trabalho docente feminino, sobretudo, da educação básica nos anos iniciais, além de uma opção profissional é visto socialmente como uma forma da mulher exercer habilidades que não são vistas como qualificações profissionais, mas como qualidades inerentes às mulheres, já que seriam naturalmente dedicadas, atenciosas, pacientes, afetuosas e carinhosas, características tidas como importantes no ato de educar as crianças. Nessa direção, Neves, Brito e Muniz (2019), destacam a deterioração dos salários no magistério no contexto brasileiro, contribuindo com a progressiva precarização do trabalho docente e, nesse caso, das condições de vida das professoras.

É necessário considerar, neste contexto, todo um conjunto de demandas, as condições e a precariedade do trabalho docente, além de suas exigências e responsabilidades. Acrescente-se a isso, as questões relacionadas ao gênero e a atenção que o nível de trabalho exige, as cargas afetiva e emocional inclusas, a necessidade de estar e manter-se sempre atualizado com relação a seus alunos e obrigações escolares. Tudo isso se configura como uma grande pressão que poderá levar esse professor ao adoecimento, seja físico ou mental e, conseqüentemente, comprometer o desenvolvimento de seu trabalho e a qualidade do ensino.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 determina que, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Nesse sentido, entendemos que, em nossa sociedade, a educação é um dos elementos de acesso e exercício de cidadania, além de favorecer a inclusão pessoal e profissional e, por isso, ser professor, mais que uma profissão, deveria ser entendido, pelos demais atores da sociedade, como uma missão, para que a valorização e a conscientização sobre essa profissão estivesse presente em todos os âmbitos sociais.

Pensando nisso, políticas públicas devem ser redimensionadas com vistas a reestruturar a atenção à saúde dos professores visando interpretar mais precocemente os possíveis sinais de adoecimento dos professores, sendo necessário também traçar ações práticas e emergentes que consolidem uma política de valorização do profissional docente, afim de que se possa minimizar os processos de adoecimentos e, sobretudo, buscar a valorização dessa classe trabalhadora tão necessária em nossa sociedade.

2.2 Impactos na saúde física e mental

Conforme vimos no que foi exposto anteriormente, a precarização do trabalho dos professores contribui, de forma significativa, para o adoecimento desses profissionais, seja ele físico ou mental. Em decorrência destes fatores, o número de docentes que tem enfrentado problemas de saúde aumentou consideravelmente.

A Síndrome de Burnout é uma característica que vem se destacando nesse contexto, esta síndrome, atualmente, é considerada uma questão de saúde pública, tendo em vista suas implicações para a saúde física e mental do trabalhador, com evidente comprometimento de sua qualidade de vida no trabalho. Nos últimos anos, ficou explícito que “burnout é um problema de saúde pública na categoria docente diante da gravidade dos seus danos à saúde dos trabalhadores” (DIEHL; MARIN, 2016, p. 75).

Diversas pesquisas sobre esse tema apontam que, além da Síndrome de Burnout, são comuns também outros transtornos psiquiátricos, que comprometem a saúde mental dos profissionais docentes, tais como: ansiedade e depressão, e ainda doenças físicas, como problemas osteomusculares (Lesão por esforço repetitivo – LER e Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho - DORT) e doenças respiratórias, dentre outras, que são provocadas pelas condições precárias de

trabalho, as quais impedem que o professor desempenhe seu trabalho com qualidade e que tenha sua saúde assegurada.

A precarização do trabalho docente é um fator que traz prejuízos não só para o trabalho em si, mas também para vida social, afetiva e, por conseguinte, para a saúde mental e física desses profissionais. Dessa forma, percebe-se que a Educação Básica no Brasil se configura ainda com uma série de impasses que colocam o professor diante de diversas dificuldades para exercer seu trabalho. Essas questões podem ter um forte impacto em sua saúde física e mental, podendo levá-los ao adoecimento. É necessário, diante desse contexto, conhecer a realidade do professor brasileiro e quais os fatores presentes em seu cotidiano estão contribuindo para o seu sofrimento, para que ações possam ser planejadas visando a melhoria da qualidade de vida e saúde física e mental dessa classe trabalhadora.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O capítulo anterior deste trabalho demonstrou, de acordo com a literatura, os aspectos que levam a precarização do trabalho docente e as principais consequências na saúde física e mental dessa classe trabalhadora. Nesse tópico serão analisados os impactos da precarização do trabalho na saúde mental dos professores da educação básica da rede pública municipal de São Luís – MA, os docentes são do ensino fundamental - anos iniciais que engloba as séries do 1º ao 5º ano.

Pesquisar sobre o processo de trabalho dos professores do ensino fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís significa compreendê-lo no contexto da sua própria realidade, evidenciando as características e os fatores que levam ao adoecimento docente dentro das suas próprias vivências que, por sua vez, são únicas. Como já exposto anteriormente, essa é uma pesquisa de campo onde, por meio de um questionário on-line, criado na plataforma *Google Forms*, exclusivamente para esse fim, os professores responderam 30 (trinta) perguntas objetivas que versavam sobre saúde física e mental e a precarização do trabalho docente, além de, antes de iniciarem o questionário, consentirem participar da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Diante da realidade descrita, este trabalho se propõe a levantar dados que ajudem a analisar como a precarização impacta na saúde mental dos profissionais docentes. Tais dados apontam para o perfil pessoal e profissional, para o processo de trabalho docente, as condições de trabalho e a saúde física e mental destes trabalhadores.

3.1 Caracterização dos participantes

Essa pesquisa contou com a participação de 31 professores da rede pública municipal de São Luís – MA, é válido destacar que, inicialmente, esperava-se o total de 40 participantes, no entanto, por se tratar de um questionário on-line, a dificuldade de ter acesso e divulgar o trabalho entre os professores e das contingências diversas que podem estar associadas ainda à falta de tempo, impossibilitou o alcance do número de participantes desejados inicialmente. Porém, é possível, mesmo que a partir de uma pequena amostra, ter uma compreensão de

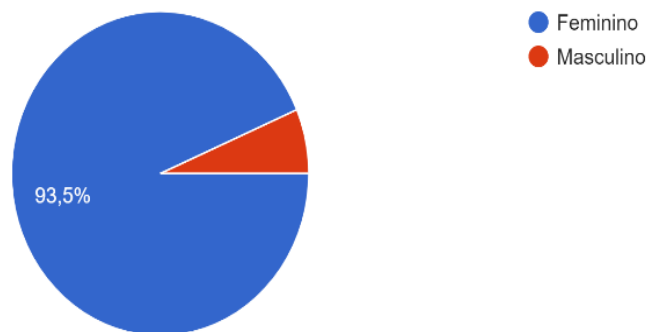
como os aspectos da precarização comparecem nesse público em específico, não conseguiremos, nesse caso, fazer uma generalização com esses dados, posto que a amostra é pequena em relação a quantidade de professores da rede pública de ensino do município de São Luís – MA, no entanto, a amostra contribuirá na compreensão desse fenômeno para esse estudo.

Para tanto, esse estudo, não foi destinado a um grupo de professores de uma escola em específico, mas a todos aqueles que, de acordo com os critérios de inclusão, aceitaram participar da pesquisa. Dos 31 participantes não foi descartada nenhuma das respostas, pois todas estavam de acordo com os critérios estabelecidos para a inclusão dos participantes na pesquisa.

Dentre os pesquisados 93,5% (29) são mulheres e apenas 6,5% (02) homens, o que corrobora com o apresentado em grande parte da literatura a respeito desse tema.

Gráfico 1 – Sexo dos professores pesquisados

2. Sexo:
31 respostas



Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Como apontado por Neves, Brito e Muniz (2019), a presença majoritariamente feminina no âmbito da educação básica, principalmente nos anos iniciais, se deve ao fato que

Historicamente dentre as alternativas possíveis para determinados segmentos de classe do sexo feminino, a inserção no mercado formal de trabalho ocorrerá especialmente em profissões que guardam similaridades com a esfera doméstica. É o caso das atividades de “cuidados” e responsabilidades relativas à casa e aos familiares, que favorecerão a concentração de mulheres em determinados tipos de trabalho, como o magistério (p. 01).

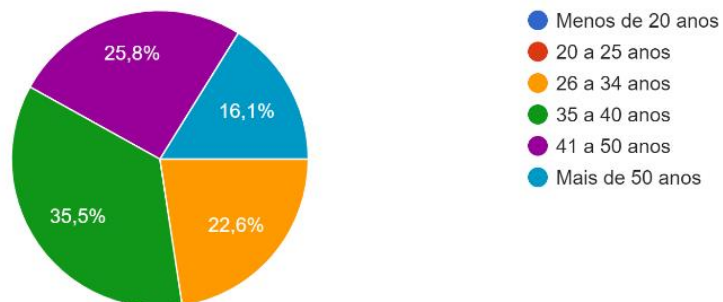
Colaborando com esse dado apresentado os estudos de Araújo et. al. (2006) demonstram que as professoras apresentam mais problemas de saúde que os professores, o que inclui sintomas osteomusculares, sintomas vocais, sintomas respiratórios, sintomas cardiovasculares, entre outros. Nota-se as diferenças, sobretudo, sintomatológicas referentes à saúde mental. Nesse aspecto, as “prevalências de esquecimento, cansaço mental, insônia e nervosismo foram significativamente mais elevadas entre as mulheres” (ARAÚJO et al., 2006, p. 1125).

Dentre os profissionais pesquisados 74,2% (23) possuem formação completa com nível superior; 16, 1% (5) possuem especialização e 6,5% (2) possuem mestrado. Destes, a maioria se declara como não branco (pretos ou pardos) totalizando 58, 4% (17) pardos e 22,6% (07) pretos; 22, 6% (7) se declararam brancos. Sobre o estado civil os participantes que são casados totalizam 41, 9% (13) e os solteiros 35,5% (11); 6, 5% (2) são separados e 16, 1% (5) responderam que são divorciados. A faixa etária está disposta conforme o gráfico dois, sendo que a maioria dos docentes pesquisados possuem entre 35 a 40 anos de idade.

Gráfico 2 – Idade dos professores pesquisados

1. Qual a sua idade?

31 respostas



Fonte: Dados fornecidos pelo questionário.

3.2 Características do trabalho

A carga horária semanal média em sala de aula foi de 40 horas 67, 7% (21); e 32, 3% (10) trabalham 20 h semanais. A maioria dos participantes trabalha em dois turnos 71% (22) e 22,6% (7) em um turno. Apenas 6, 5% (2) trabalha nos três turnos. Dentre os pesquisados 54,8% (17) trabalham em mais de uma escola e 45, 2% (14)

responderam que trabalham em apenas uma escola, sobre a quantidade de turmas que atuam 77, 4% (24) tem de uma a cinco turmas, 12, 9% (4) tem mais de dez turmas e 9,7% (3) tem de cinco a dez turmas. Com relação a série em que trabalham 35, 5% (11) atuam no quinto ano; 25,8% (8) atuam no primeiro ano; 16, 1% (5) atuam no terceiro ano; 12, 9% (4) atuam no quarto ano e 9, 7% (3) atuam no segundo ano do ensino fundamental. De acordo com os dados da pesquisa sobre o tempo de trabalho 35, 5% (11) tem de 5 a 10 anos; 22, 6% (7) tem de 10 a 20 anos e 16, 1% (5) tem mais de 25 anos de profissão.

Facci, Urt e Barros (2018) e Moura et. al. (2019) concordam ao dizerem que muitos docentes necessitam trabalhar 40 ou até 60 horas semanais para arcar com suas despesas e, por conseguinte, essa expressiva quantidade de horas trabalhadas irá interferir em sua vida e em sua saúde. Ainda de acordo os referidos autores, é fato que os professores que trabalham em escolas públicas costumam assumir mais de uma jornada de trabalho como docentes, em diferentes estabelecimentos públicos ou até mesmo privados. Um único professor leciona em dois ou até três estabelecimentos diferentes, tendo em vista que a remuneração docente é muito baixa sendo necessário assim assumir mais de uma escola para complementar a sua renda.

Sobre a quantidade de alunos por turma os dados obtidos na pesquisa dizem que 58, 1% (18) possuem de trinta a quarenta alunos por sala; 32, 3% (10) possuem de vinte a trinta alunos por sala de aula; 3, 2% (1) mais de quarenta alunos; e apenas uma quantidade mínima dos pesquisados possuem salas de aulas com números pequenos de alunos: 6, 5% (2) tem menos de vinte alunos em sala. Pode-se perceber que os professores pesquisados trabalham na sua maioria com turmas grandes, sobre isso Zacchi (2004) e Oliveira (2006) nas suas pesquisas demonstram que o grande número de alunos em sala de aula se caracteriza como um aspecto das condições inadequadas de trabalho que contribuem com processo de adoecimento docente e evidencia o processo de precarização, posto que o professor precisa dar conta de inúmeras demandas diante de uma turma muito numerosa.

Soma – se a isso ainda as turmas que, além de estarem com grande quantidade de alunos, possuem alunos com atipicidades que exigem dos professores maior atenção. De acordo com os dados coletados 77, 4% (24) dos participantes possuem alunos com necessidade educacionais especiais, turmas grandes dificultam o atendimento individualizado, muitas vezes necessário, e contribuem com a

desorganização e indisciplina na sala de aula, podendo contribuir para a sobrecarga e possível adoecimento dos docentes.

3.3 Condições de trabalho

Em sua grande maioria os participantes deste estudo consideraram que a profissão docente o expõe a algum tipo de risco 93, 5% (29), isso se deve ao fato de estarem constantemente expostos a estresses decorrentes da sua profissão ou do seu ambiente de trabalho, como aponta as autoras Ristow e Melania (2006):

Existem ocupações humanas que, por sua natureza, são mais atingidas pelo estresse. Entre elas está a docência. A longa jornada de trabalho, a falta de empatia com os colegas, correção de provas, atividades para preparar, conteúdos para estudar e explicar, “fazer os alunos aprender” nas condições mais adversas ou estimular o aprendizado. Além disso, cumprimento de prazos, grupos de estudo e jornadas pedagógicas para participar, plano de ensino ou aula a desenvolver e executar, projetos, reuniões, são fatores do cotidiano da vida de um professor (p.03).

Existe ainda os demais problemas de saúde relacionados ao trabalho, sobre isso as autoras ainda apontam “Outros tipos de desgaste também atingem e podem afetar seriamente a carreira docente. São problemas de postura, bexiga, intestino e má alimentação, que podem ocasionar queda no sistema imunológico” (RISTOW; MELANIA, 2006, p. 03).

Sobre a presença de materiais pedagógicos e didáticos na escola 71% (22) dos professores consideram regular e apenas 9,7% (3) consideram bom, o mesmo percentual responderam que a presença de materiais didáticos e pedagógicos é muito bom; 6, 5% (2) consideram excelente e 3, 2% (1) considera péssimo. Já sobre a avaliação da estrutura da escola 51, 6% (16) dos professores consideram regular e 29% (9) consideram boa; 12, 9% (4) consideraram muito boa; 3, 2% (1) considera excelente e o mesmo percentual considera péssima. As condições precárias de trabalho oferecidas, especialmente nas escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental são elementos que têm um impacto significativo na qualidade do ensino e no desempenho dos professores. Sobre esse aspecto as pesquisas de Gomes (2002) sobre as multifaces do trabalho docente concluíram que

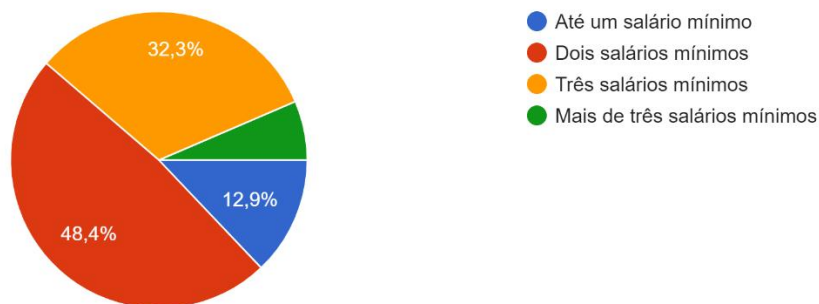
Os professores estudados expressaram frustrações diante da precariedade de recursos de materiais didáticos para a realização das atividades o que dificulta o cumprimento de objetivos planejados. O cenário da escola deixa pouca margem para a criatividade e autonomia do professor face às condições mínimas que são oferecidas (p.98).

Como disposto no Gráfico 3 a remuneração dos professores que participaram dessa pesquisa varia da seguinte forma: 48,4% (15) recebem até dois salários mínimos; 32,3% (10) recebem até três salários mínimos; 12,9% (4) até um salário mínimo e 6,5% (2) mais de três salários mínimos. Esse dado corrobora com a avaliação que os participantes fizeram sobre o nível de satisfação com a remuneração recebida por eles, a saber 54, % (17) considera sua remuneração regular; 25, 8% (8) considera boa e 19, 4% (6) considera sua remuneração péssima.

Gráfico 3 – Renda média mensal dos professores

6. Qual a sua renda média mensal?

31 respostas



Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

De acordo com Moura et. al. (2019) a má remuneração é um dos fatores principais que contribuem para a precarização do trabalho docente, as autoras entendem que os salários dos professores são muito baixos, injustos e desmotivadores. Colaborando com essa ideia Soldatelli (2011) salienta que

O professor vive uma situação de iniquidade salarial não apenas quando olha para outras categorias profissionais, com o mesmo nível de exigência, responsabilidade e esforço, mas também quando compara o seu salário com o de outros professores do ensino público. Além disso, diferentemente de outras categorias, não há parâmetro de remuneração (p. 87).

Tal elemento que indica a precarização do trabalho docente é comum em diversas pesquisas e estudos relacionados a essa temática, diversos autores que estudam esse tema pontuam que identificam nos baixos salários, um dos motivos da sobrecarga desses profissionais, uma vez que integram outras jornadas para manutenção ou ampliação de uma renda que atenda suas necessidades de sobrevivência. As pesquisas de Nascimento e Seixas (2020) apontam “uma forte insatisfação dos docentes em relação ao salário, considerando a remuneração

incompatível ou injusta em relação às suas atribuições” (p. 03). Contribuindo com esse aspecto, numa importante pesquisa sobre o trabalho docente no Brasil Codo (1999) mostra que

O salário do professor da rede pública estatal com carga semanal de 40 horas-aula é, para grande parte deles, inferior a dois salários mínimos e os que ganham mais, em média, não ultrapassam três salários mínimos. Mais de 40% dos professores ganham menos de 500 reais por 40 horas semanais de trabalho e pouco mais de 10% ganham mil reais ou mais. Mesmo entre os professores responsáveis pelo 2º grau, cuja exigência de escolaridade formal é de nível superior completo, mais de 30% ganham menos de 500 reais mensais pelas 40 horas semanais. Apenas 14% dos que têm nível superior têm remuneração a partir de 1.000 reais. Em alguns estados, mais de 70% ganham menos de 500 reais por 40 horas semanais. Mesmo entre os professores responsáveis pelo ensino do 2º grau, encontram-se nesta faixa mais de 60% do total. O mesmo ocorre entre os professores com nível superior completo, independentemente do nível de ensino em que trabalham. (CODO, 1999, p. 94).

Nesse contexto é válido notar que o trabalho docente não se restringe apenas à sala de aula e existe uma série de atividades denominadas extraclasse desenvolvidas pelos professores no momento em que estão fora da sala de aula, entre elas podemos citar a preparação de aulas, correção de avaliações, planejamentos e atividades complementares.

Fazendo relação com esse tema os professores que participaram desse estudo responderam em sua maioria 58, 1% (18) que sempre levam trabalho para casa; outros 19, 4% (6) ficaram entre frequentemente e às vezes e uma quantidade mínima 3, 2% (1) considera que raramente leva trabalho para casa. Contribuindo com esse assunto os estudos de Moura et. al (2012) e Gomes e Brito (2006) concordam com Silva (2018) ao afirmar, de maneira geral, que, o trabalho docente por vezes pode invadir a vida pessoal do professor. “Esta invasão apresenta-se em duas formas: material (levar provas, preparação de aulas, planejamento de atividades etc.) e emocional (violência explícita, vinculação contínua com o trabalho, quando se deixa de fazer algo por causa do trabalho mesmo não estando em horário de trabalho etc.)” (SILVA, 2018, p. 46).

3.4 Características relacionados ao possível adoecimento

Os participantes dessa pesquisa, quando questionados sobre a frequência dos sintomas de ansiedade responderam da seguinte forma 30,3% (10) afirmam que sempre sentem sintomas de ansiedade; 19, 4% (6) consideram que frequentemente;

22, 6% (7) consideram que às vezes e o mesmo percentual considera que raramente sentem sintomas de ansiedade, apenas 3, 2% (1) considera que nunca teve sintomas de ansiedade. Sobre a frequência dos sintomas de tristeza/desânimo 45,2% (14) dos professores consideram que frequentemente sentem-se tristes e desanimados; 25, 8% (8) consideram que às vezes tem sintomas de tristeza e desânimo; 16, 1 (5) consideraram que raramente sentem-se desanimados e tristes; 9, 7% (3) responderam que sempre sentem os referidos sintomas e apenas 3, 2% (1) responderam que nunca se sentiram desanimados ou tristes. Já sobre a frequência dos sintomas de irritabilidade/raiva 48,4% (15) dos participantes consideram que frequentemente sentem-se irritados ou com raiva; 22, 6% (7) consideram que às vezes sentem esses sintomas; 19, 4% (6) consideram que raramente tem sintomas de irritabilidade e raiva; 6, 5% (2) sempre; enquanto apenas 3, 2% (1) consideram que nunca sentem irritabilidade ou raiva.

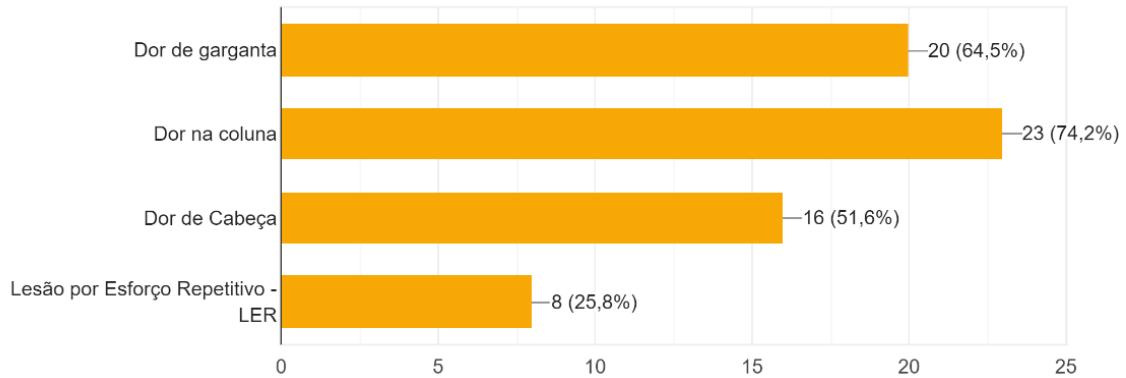
Os estudos e pesquisas de Deffaveri, Méa e Ferreira (2020) sobre sintomas de ansiedade em professores da educação básica apontam que “Sintomas de estresse, ansiedade e depressivos foram identificados como os mais prevalentes entre docentes havendo alta associação entre eles” (p. 816). Colaborando com isso Gouvêa (2016) considera que “em virtude desse quadro, o adoecimento dos educadores entrou na pauta de discussão das escolas e sindicatos e nas pesquisas dos profissionais da área de saúde” (p. 210). Pensando sobre esse cenário de adoecimento docente Diehl; Marin (2016) concluem que “o retrato educacional atual revela que os professores de educação básica estão passando por um mal-estar docente” (p. 75).

Sobre os sintomas relacionados a saúde física dos participantes dessa pesquisa, o Gráfico 4 demonstra as respostas dadas pelos docentes. É importante ressaltar que os sintomas são relativos as duas últimas semanas anteriores a resposta ao questionário, essa pergunta também era de escolha múltipla.

Gráfico 4 - Sintomas físicos dos professores

28. Assinale os sintomas físicos que você teve nas últimas duas semanas:

31 respostas



Fonte: Dados fornecidos pelo questionário.

Percebe-se, de acordo com o apresentado, que a dor na coluna é o sintoma físico que mais prevalece entre os participantes da pesquisa 74, 2% (23) em seguida aparece dor de garganta com 64, 5% (20) dos participantes considerando que tiveram esse sintoma nas últimas duas semanas. De acordo com os estudos de Mango et. al. (2012) “existe alta prevalência de sintomas osteomusculares em professores do ensino fundamental em diferentes regiões do Brasil, esse problema faz com que as doenças de quem leciona tornem enfermo o sistema de ensino, podendo ocasionar prejuízos para o aprendizado” (p. 787).

Já sobre o sintoma de dor na garganta as pesquisas de Eugênio, Souza e Di Lauro (2017), apresentam que

A presença de distúrbios vocais em professores, é decorrente da superlotação de turmas, o que os obriga a fazer ajustes inadequados do trato vocal e do sistema respiratório por conta de demandas vocais exaustivas, favorecendo o surgimento dos distúrbios vocais e lesões laríngeas. Acrescenta-se também a ausência de equipamentos que poderiam auxiliá-los a suprir tal demanda. Assim, a precarização das condições do trabalho docente favorece o surgimento de problemas de saúde ou agrava quadros, uma vez já preexistentes (p.182).

Esses estudos colaboram com os dados coletados por essa pesquisa tendo em vista que, a maioria dos participantes, como demonstrado no gráfico acima, responderam que esses sintomas compõem em sua rotina de trabalho diário, comprovando que, além dos sintomas relacionados à saúde mental, os sintomas físicos também prevalecem de forma significativa quando se fala sobre o adoecimento docente.

3.5 Precarização e adoecimento

Analisar as condições de saúde e trabalho dos professores permite identificar as dinâmicas laborais e descrever o perfil dos profissionais da área educacional, além de estabelecer possíveis conexões entre a profissão docente e problemas relacionados a sua saúde. Desse modo, nesse subtópico será apresentado a análise de alguns cruzamentos relevantes dos dados coletados na pesquisa, a fim de alcançar o objetivo geral desse trabalho, bem como responder o seu questionamento principal sobre os impactos da precarização do trabalho na saúde mental dos professores da educação básica da rede pública municipal de São Luís – MA.

Foi perguntado sobre sintomas físicos aos professores que responderam à pesquisa. Os sintomas elencados foram: dor de cabeça, dor de garganta, dor nas costas e LER (Lesão por Esforço Repetitivo). Conforme se observa na tabela 1, procurou-se cruzar esse dado com a idade dos participantes da pesquisa.

Tabela 1: Cruzamento de dados dos sintomas físicos com a idade dos participantes

Sintomas físicos que você teve nas últimas duas semanas	Idade			
	26 a 34 anos	35 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 50 anos
Dor de Cabeça	14%	29%	19%	14%
Dor de garganta	24%	38%	19%	19%
Lesão por Esforço Repetitivo - LER	10%	14%	14%	0%
Dor na coluna	24%	33%	29%	24%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Observou-se que professores com mais de 50 anos de idade não desenvolveram LER, enquanto 10% dos mais jovens de 26 a 34 anos desenvolveram esse sintoma, de 35 a 40 anos, bem como os de 41 a 50 anos desenvolveram ambos 14%. A dor de cabeça se desenvolveu mais nos professores de 35 a 40 anos com um valor de 29%. Em se tratando dessa faixa de 35 a 40 anos, observou-se que é a faixa etária mais atingida por todos os sintomas, chegando a empatar apenas com os de 41 a 50 anos no quesito LER. Essa tabela não possui total, pois os professores podiam indicar mais de um sintoma caso se sentissem assim. O grupo mais afetado da pesquisa (35 a 40 anos) demonstrou ser atingido bastante pela dor de garganta, sintoma que atingiu 38% deles. Para as outras faixas etárias, a dor na coluna chegou

ao maior índice: 24% para os de 26 a 34 anos, 29% para os de 41 a 50 anos e também 24% para os de mais de 50 anos.

Sobre sintomas de ansiedade (conforme tabela 2) observou-se que os professores de 26 a 34 anos sentem mais com a frequência sempre, que é de 16%. Os de 35 a 40 anos sentem mais na opção frequentemente, com 13%. Os pesquisados de 41 a 50 anos sentem ansiedade mais raramente, com 10%. Os de mais de 50 anos sentem ansiedade tanto às vezes como sempre, empatando em 6%.

Tabela 2: Cruzamento de dados de ansiedade com idade dos participantes

Idade	Sintomas de ansiedade					Total
	Às vezes	Frequentemente	Nunca	Raramente	Sempre	
26 a 34 anos	3%	0%	3%	0%	16%	23%
35 a 40 anos	6%	13%	0%	6%	10%	35%
41 a 50 anos	6%	3%	0%	10%	6%	26%
Mais de 50 anos	6%	3%	0%	6%	0%	16%
Total	23%	19%	3%	23%	32%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Observou-se que os professores sentem ansiedade ao menos às vezes, pois a opção nunca obteve apenas 3% dos mais jovens e o restante das idades foi de 0%, o que é um dado bastante preocupante em relação à saúde mental dos professores da educação básica pública, pois, como demonstrado nos estudos e pesquisas de diversos autores dessa temática, a ansiedade é um dos sintomas mais comum nessa classe trabalhadora.

Sobre isso, os estudos de Dihel; Marin (2016) apontam que hoje, dentre as profissões formais no Brasil, a docência do Ensino Fundamental e Médio é apontada como uma das profissões que acarretam maiores índices de desgaste emocional para os trabalhadores.

Os sintomas de estresse e ansiedade foram identificados como os mais prevalentes entre docentes, havendo alta associação entre eles (TOSTES et al., 2018). Em virtude desse quadro, o adoecimento dos profissionais docentes entrou na pauta de discussão das escolas e sindicatos e nas pesquisas dos profissionais da área de saúde (GOUVÊA, 2016). O retrato educacional atual revela que os professores de educação básica estão passando por um mal-estar docente (DIEHL; MARIM, 2016). Fatos como violência, baixa remuneração, carga excessiva de trabalho e burocracia, associados à velocidade de mudança das novas gerações,

criam grande apreensão e meio favorável ao surgimento de sintomas de estresse e ansiedade (TOSTES et. al., 2018).

No tocante a sintomas de desânimo e tristeza observou-se a partir do tempo de serviço do professor (conforme tabela 3) que todos sentem desânimo/tristeza em algum grau. Percebeu-se que quanto mais tempo de serviço até os 20 anos, mais a frequência desses sintomas aumenta. Depois dos 20 anos essa frequência vai baixando um pouco. Isso ocorre devido ao aprendizado dos profissionais ao lidar com os problemas ao longo do tempo.

As pesquisas sobre esses aspectos demonstram que professores com mais tempo de trabalho geralmente conseguem lidar melhor com os desafios e problemas da profissão docente devido ao aprendizado acumulado ao longo do tempo. Com a experiência, eles adquirem um conjunto de habilidades e estratégias que permitem enfrentar situações difíceis de forma mais eficaz (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009). Além disso, eles desenvolvem uma compreensão mais profunda das necessidades dos alunos, uma visão mais clara dos objetivos educacionais e uma capacidade aprimorada de se adaptar às diversas situações que surgem em sala de aula (GOMES; BRITO, 2006). Essa expertise adquirida ao longo do tempo contribui para uma maior eficácia na superação e no enfrentamento dos desafios inerentes à profissão docente.

Tabela 3: Cruzamento de dados de sintomas de tristeza/desânimo em relação a quantidade de tempo de trabalho.

Tempo de serviço	sintomas de desânimo/tristeza					Total
	Às vezes	Frequentemente	Nunca	Raramente	Sempre	
1 a 5 anos	6%	3%	0%	0%	0%	10%
10 a 20 anos	3%	13%	0%	0%	6%	23%
20 a 25 anos	6%	3%	3%	3%	0%	16%
5 a 10 anos	3%	23%	0%	6%	3%	35%
Mais de 25 anos	6%	3%	0%	6%	0%	16%
Total	26%	45%	3%	16%	10%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Os mais acometidos por sintomas de desânimo/tristeza são os que trabalham de 5 a 10 anos, apresentando 23% desse sintoma frequentemente. Os que passaram de 25 anos de serviço apresentam apenas 3% desse sintoma frequentemente.

Na tabela 4 se observa o cruzamento de dados de sintomas de irritabilidade/raiva e esses dados batem com os dados dos sintomas de tristeza/desânimo no sentido de que os professores com serviço de 5 a 10 anos são os mais afetados.

Tabela 4: Cruzamento de dados de sintomas de irritabilidade/raiva em relação ao tempo de serviço.

Tempo de serviço	sintomas de irritabilidade/raiva					Total
	Às vezes	Frequentemente	Nunca	Raramente	Sempre	
1 a 5 anos	3%	0%	0%	3%	3%	10%
10 a 20 anos	10%	13%	0%	0%	0%	23%
20 a 25 anos	0%	6%	0%	10%	0%	16%
5 a 10 anos	3%	26%	3%	0%	3%	35%
Mais de 25 anos	6%	3%	0%	6%	0%	16%
Total	23%	48%	3%	19%	6%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Assim como o dado anterior, os que possuem mais de 25 anos de serviço também possuem uma menor incidência desses sintomas. Os que possuem menos tempo de serviço também apresentam menos sintomas de irritabilidade/raiva.

Na tabela 5 temos a relação entre satisfação com as atividades desenvolvidas e tempo de serviço dos professores. Os que possuem menos tempo de serviço (1 a 5 anos) demonstram estar satisfeitos às vezes ou frequentemente, ao passo que nunca se sentem insatisfeitos. Os que trabalham entre 20 e 25 anos se sentem nunca satisfeitos em apenas 3%, enquanto nas outras faixas de tempo temos 0% disso.

Tabela 5: Cruzamento de dados de satisfação com as atividades desenvolvidas com o tempo de serviço.

Tempo de serviço	satisfação com as atividades desenvolvidas					Total
	Às vezes	Frequentemente	Nunca	Raramente	Sempre	
1 a 5 anos	6%	3%	0%	0%	0%	10%
10 a 20 anos	3%	10%	0%	0%	10%	23%
20 a 25 anos	6%	3%	3%	3%	0%	16%
5 a 10 anos	10%	16%	0%	0%	10%	35%
Mais de 25 anos	6%	0%	0%	6%	3%	16%
Total	32%	32%	3%	10%	23%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Sendo assim, observa-se que há algum grau de satisfação na maioria dos professores que responderam à pesquisa, denotando que por mais que haja algumas adversidades na profissão - já citadas anteriormente nos dados - , ainda assim

conseguem sentir algum grau de satisfação. Nesse aspecto Sangoi, (2015), diz que “a satisfação é uma variável de atitude que mostra como as pessoas se sentem em relação ao trabalho que exercem.” (p. 24). Complementa ainda dizendo que a satisfação no trabalho “Implica processos subjetivos, o que faz desse fenômeno um objeto complexo de difícil definição, variando segundo as singularidades individuais, conforme o contexto e as circunstâncias.” (p. 28).

Observou-se que a maioria dos professores trabalha por 40 horas semanais e possui uma renda de dois salários mínimos com 39%, conforme tabela 6. O salário maior, que é o de mais de três salários mínimos possui apenas 3% dos professores, tanto os que trabalham em 20h, quanto os que trabalham em 40h, sendo assim, os maiores salários não são tão comuns.

Oliveira (2006) aponta a expansão da jornada de trabalho dos professores como um dos aspectos da intensificação do trabalho docente, além do aumento de exigências da função, e destaca que os professores assumem mais que uma jornada de trabalho para obter maiores rendimentos, porém isso pode comprometer a qualidade do trabalho desse profissional.

Tabela 6: Cruzamento de dados entre salário e carga horária.

Salário	Carga horária		Total
	20 h semanais	40 h semanais	
Até um salário mínimo	6%	6%	13%
Dois salários mínimos	10%	39%	48%
Mais de três salários mínimos	3%	3%	6%
Três salários mínimos	13%	19%	32%
Total	32%	68%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

No quesito sobrecarga de trabalho (tabela 7), a maioria trabalha dois turnos em 40 horas semanais, com um total de 58%, enquanto que os que trabalham em três turnos somam apenas 3% tanto em 20 horas de trabalho, quanto em 40 horas de trabalho. Os que trabalham apenas um turno se concentram nos de 20 horas de trabalho, com 16%.

Tabela 7: Sobrecarga de trabalho

Turnos de trabalho	Sobrecarga de trabalho		Total
	20 h semanais	40 h semanais	

1	16%	6%	23%
2	13%	58%	71%
3	3%	3%	6%
Total	32%	68%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

O trabalho do professor exige responsabilidades e compromissos, e dificilmente é cumprido somente dentro do ambiente escolar, sobre esse aspecto Guerreiro et. al. (2016) ressalta que “O professor se vê obrigado a levar para seu domicílio as tarefas que não conseguiu concluir durante o horário de trabalho, aumentando, com isso, a sua carga horária, que já é intensa.” (p. 211). O ritmo intenso de trabalho e o excesso de atividades têm como consequência o adoecimento físico ou mental desses profissionais.

No cruzamento dos dados entre pressão por prazos e sobrecarga de trabalho (tabela 8), observa-se que os que trabalham 40 horas semanais se sentem mais sobrecarregados na frequência sempre com 48% dos professores. Os que trabalham por 20 horas semanais se sentem sobrecarregados às vezes com 16% e sempre com 10%.

Assunção e Oliveira (2009) concordam com Guerreiro et. al. (2016) ao dizerem que trabalhar sob essa pressão dificulta a adoção de estratégias que buscam preservar a saúde, como selecionar posturas mais adequadas e confortáveis e evitar o abuso vocal e também estratégias que envolvam a preservação da saúde mental, como saber lidar com os desafios e problemáticas do dia- a – dia escolar. Além disso, e como consequência, podem surgir os problemas de saúde físicos e mental e também a necessidade de se ausentar do trabalho.

Tabela 8: Cruzamento de dados entre pressão por prazos e sobrecarga de trabalho

Pressão por prazos	Sobrecarga de trabalho		Total
	20 h semanais	40 h semanais	
Às vezes	16%	16%	32%
Frequentemente	0%	6%	6%
Raramente	6%	3%	10%
Sempre	10%	42%	52%
Total	32%	68%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Na tabela 9 é possível observar que os professores que levam trabalho para casa são os que mais se sentem sobrecarregados, com 48% da amostra, o que demonstra que é importante ter um olhar mais atento para esse aspecto para que a saúde, principalmente, mental dos professores seja menos impactada.

Barbosa (2012), em seus estudos sobre esse assunto, nos lembra que a docência é uma atividade que apresenta características muito específicas, diferentes de outras profissões. Um exemplo disso é a necessidade de dedicar várias horas semanais além do tempo efetivamente gasto em sala de aula para realizar atividades extraclasse, como planejamento de aulas e correção de atividades dos alunos, entre outras tarefas, essa demanda de tempo é considerável e única no contexto da docência.

Tabela 9: Cruzamento de dados entre pressão por prazos e o fato de levar trabalho para casa

Com que frequência você sente-se pressionado por prazos e atividades relacionadas ao seu trabalho?	Leva trabalho para casa				Total
	Às vezes	Frequentemente	Raramente	Sempre	
Às vezes	13%	10%	0%	10%	32%
Frequentemente	0%	6%	0%	0%	6%
Raramente	3%	3%	3%	0%	10%
Sempre	3%	0%	0%	48%	52%
Total	19%	19%	3%	58%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Observa-se na tabela 10 outro dado bastante preocupante: quanto mais eles se sentem pressionados por prazos, mais eles têm um sono com uma qualidade menor, totalizando 19% em péssima e 26% em regular para quem se sente sempre pressionado por prazos, tendo em vista que, quanto mais pressão para entregar dentro do prazo menos tempo resta para uma boa noite de sono, fazendo com que o desgaste emocional e a exaustão estejam presentes.

Sobre isso, a literatura aponta que, os professores são uma classe de trabalhadores que tem um ganho salarial aquém de suas responsabilidades no Brasil. Com isso, é comum que os mesmos assumam vários turnos de trabalho ou mesmo trabalhem em outras áreas de atuação para complemento de renda. Os dados conduzem, ainda, à reflexão de que quanto maior número de horas na escola e em sala de aula, mais os níveis de Saúde Geral e Distúrbios do Sono pioram (CREPALDI; CARVALHAIS, 2020). Situações como trabalhar mais de 40 horas por semana, assumir múltiplas jornadas de trabalho e ter pouco tempo de descanso podem impactar na rotina de trabalho dos professores, produzindo desgaste e cansaço.

Tabela 10: Cruzamento de dados entre pressão por prazos e qualidade do sono

Com que frequência você sente-se pressionado por prazos e atividades relacionadas ao seu trabalho?	Qualidade do sono					Total
	Boa	Excelente	Muito boa	Péssima	Regular	
Às vezes	26%	0%	3%	3%	0%	32%
Frequentemente	3%	0%	0%	3%	0%	6%
Raramente	0%	3%	3%	0%	3%	10%
Sempre	6%	0%	0%	19%	26%	52%
Total	35%	3%	6%	26%	29%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo questionário

Nesse sentido, percebe-se que as condições precárias de trabalho demonstram a exploração presente na profissão docente. Principalmente, a má remuneração, como também a falta de investimento na formação e a ausência de políticas de apoio a esses profissionais são fatores que contribuem para o seu adoecimento mental.

Sendo assim, o resultado dessa pesquisa corrobora com os estudos presentes na literatura atual, identificado elementos presentes na dinâmica de trabalho dos professores que representam uma ameaça à sua saúde física e mental. Esses aspectos destacam a importância de implementar ações e políticas direcionadas à promoção da saúde mental e à redução dos fatores que podem levar os profissionais de educação ao adoecimento relacionados ao trabalho. Portanto, é essencial direcionar uma atenção significativa à saúde mental dos professores, bem como aos elementos que podem representar riscos ou contribuir para seu bem-estar, a fim de promover a saúde tanto dos profissionais quanto da educação como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação acerca do trabalho dos professores é um assunto em constante desenvolvimento, caracterizado por sua complexidade e diversidade. Essa temática é influenciada por situações políticas que intensificam as lutas dos docentes por melhores condições de trabalho, especialmente no contexto das reformas educacionais ocorridos ao longo da última década e seu impacto nas mudanças relacionadas ao trabalho docente.

Nessa perspectiva, com esse estudo observou-se que o trabalho dos professores é complexo e possui características específicas, habilidades de ensino e práticas pedagógicas. Além disso, a carga horária de trabalho é extensa o que deixa esses profissionais cansados e com altas demandas laborais, ocasionando a necessidade de levar trabalho para casa, as atividades extraclasse acabam invadindo a vida particular dos profissionais docentes. Infelizmente, a realidade ainda mostra que muitas escolas públicas não possuem estrutura física adequada e a presença de materiais didáticos e pedagógicos é escassa, soma-se a isso a remuneração que é frequentemente insatisfatória. É notório, nesse sentido, que a atividade docente envolve não apenas aspectos físicos e psicológicos/emocionais, mas também fatores sociais, políticos e culturais que precisam ser pensados de maneira ampla quando se trata do profissional professor.

Com as perspectivas capitalistas e as reformas educacionais, inúmeras mudanças ocorreram no mundo do trabalho, tais como: a racionalização dos processos de trabalho e a flexibilização dos contratos de trabalho, essas transformações interferem, direta ou indiretamente, em todo corpo social e, conseqüentemente, na saúde do trabalhador. Como resultado, os professores estão enfrentando condições de trabalho ainda mais precárias, tornando o seu dia a dia uma rotina difícil de administrar tanto fisicamente quanto emocionalmente.

Todas essas condições, certamente, terão um impacto na saúde e no bem-estar mental desses profissionais. É fundamental compreender que a saúde do professor, incluindo seu estado emocional e psicológico, afeta diretamente a qualidade do ensino e da educação. Se a saúde mental do docente estiver comprometida ou seu equilíbrio emocional e psicológico estiver alterado, isso refletirá diretamente em seu trabalho.

Diante desse cenário, percebe-se que os profissionais docentes estão adoecidos devido aos inúmeros impactos que o seu trabalho precarizado lhe impõe e isso demonstra uma preocupante negligência e falta de cuidado com a saúde mental dos professores. É necessário que a sociedade de maneira geral reconheça a importância do trabalho docente e sua complexidade, além de ter clareza de que o trabalho dos professores é responsável pela formação dos sujeitos e o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo, além de contribuir com sua formação social e para sua entrada no mercado de trabalho. Por meio do trabalho desses profissionais da educação, as pessoas adquirem e aprimoram suas capacidades cognitivas e intelectuais, aprendendo a conviver em sociedade buscando a sua própria emancipação.

Considerando o exposto, é fundamental reavaliar as políticas públicas a fim de reestruturar a abordagem em relação à saúde dos professores, buscando identificar precocemente os sinais possíveis de adoecimento. Além disso, é necessário desenvolver ações práticas e urgentes que promovam uma política de valorização dos profissionais docentes, com o objetivo de minimizar os processos de adoecimento e, acima de tudo, buscar o reconhecimento dessa classe trabalhadora tão essencial em nossa sociedade.

Os professores precisam ser reconhecidos e valorizados pelo sistema educacional, pelo Estado e também pela sociedade em geral. Muitas mudanças com relação às condições de trabalho e de saúde dos docentes precisam ser amplamente discutidas e efetivadas pois os professores desempenham um papel fundamental na sociedade e as condições de trabalho e saúde desses profissionais têm um impacto direto na qualidade do ensino, além disso, a educação é um importante pilar em toda e qualquer sociedade por isso os profissionais que nela atuam precisam ser reconhecidos e valorizados como tal.

REFERÊNCIAS

- ABONÍZIO, Gustavo. Precarização do trabalho docente: apontamentos a partir de uma análise bibliográfica. **Revista Eletrônica Lenpes** –PIBID de Ciências Sociais-Edição, nº 1, vol. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/1%20Edicao/1ordf.%20Edicao.%20Artigo%20ABONIZIO%20G.pdf> Acesso em 23 de mar de 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. Campinas: Editora Cortez, 2006.
- ARAÚJO, Tânia Maria et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 4, p. 1117–1129, 2006. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v11n4/32347.pdf Acesso em 20 de mai. de 2023.
- ASSUNÇÃO, Ada A.; OLIVEIRA, Dalila. A intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, Aug. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfWkF8XYXTfyXGcgCbGL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 de jun. de 2023.
- BARBOSA, Andreza. Implicações dos baixos salários para o trabalho dos professores brasileiros. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/21902/12112> Acesso: 01 de jun. de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. **Manual de metodologia científica**. Itumbiara: Iles/ulbra, v. 201, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/38489758/livro.pdf> Acesso em: 25 de fev de 2023.
- CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COSTA, Patricia Gomes; GERMANO, Amédís. Afastamento dos professores de 5ª à 8ª séries da rede municipal de Ipatinga da sala de aula: principais causadores. In: **Anais do VI Congresso de Letras: Linguagem e Cultura**. 2007. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/index> Acesso em: 05 de nov de 2022.

CREPALDI, Tânia Oliveira Mendes; CARVALHAIS, José Domingos de Jesus. A contribuição da má qualidade do sono na qualidade de vida no trabalho de professores: uma revisão. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 75044-75057, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/17755/14398> Acesso em: 03 de jun. de 2023.

DEFFAVERI, Maiko; MÉA, Cristina Pilla Della; FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. Sintomas de ansiedade e estresse em professores de educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, p. 813-827, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/vcjCwDsk6mp6b8KvvkC7fpk/?lang=pt> Acesso em: 20 de mai. de 2023.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos interdisciplinares em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005 Acesso em: 24 de set de 2022.

EUGÊNIO, B.; SOUZAS, R.; DI LAURO, A. D. Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia. **Laplage em Revista**, Sorocaba, vol. 3, n. 2, mai.-ago. 2017, p. 179-194. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5527/552756522016/552756522016.pdf> Acesso em: 18 de mai. de 2023.

FACCI, M. G. D.; URT, S. C.; BARROS, A. T. F. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, nº 2, p. 281-290, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Fp3LN9tv4Ym9QfpV8dfGyLS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 de mar de 2023.

GOMES, Luciana; BRITO, Jussara. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 6, n. 1, p. 49-62, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844611006.pdf> Acesso em: 05 de nov de 2022.

GOMES, Marcos Antônio de Oliveira; COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília I.; BRASILEIRO, Tânia Suely A. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital e a precarização do trabalho docente. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.47, p. 267-283, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640051/7610> Acesso em: 23 de mar de 2023.

GOMES, Luciana et al. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. 2002. Tese de Doutorado. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/5219/2/ve_Luciana_Gomes_ENSP_2002 Acesso em: 28 de mai. de 2023.

GOUVÊA, L. A. V. N. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201611116>. Acesso em: 15 mai. 2023.

GUERREIRO, Natalia Paludeto et al. Perfil sociodemográfico, condições e cargas de trabalho de professores da rede estadual de ensino de um município da região sul do Brasil. **Trabalho, educação e saúde**, v. 14, p. 197-217, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/ZDFJMy53qX4XwrtBfWh6B6t/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 de jun. de 2023.

MANGO, Maria Silvia Martins et al. Análise dos sintomas osteomusculares de professores do ensino fundamental em Matinhos (PR). **Fisioterapia em movimento**, v. 25, p. 785-794, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fm/a/LTyfPM4VDfgvSBJ3wNMnCcGk/?format=html&lang=pt> Acesso em: 20 de mai. de 2023.

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 23, n. 3, p. 236-247, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300004 Acesso em: 08 de nov de 2022.

MOURA, Juliana da Silva; RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; NETA, Abília Ana de Castro; NUNES, Cláudio Pinto. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, v. 19, n. 40, p. 01-17, 2019. Disponível em: <https://revistasdigitais.uniube.br/index.php/rpd/article/download/1242/1421> Acesso em: 25 de mar de 2023.

NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 36, p. 22, 2020. Disponível em: educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/o-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas Acesso em: 28 de mai. de 2023.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; BRITO, Jussara Cruz de; MUNIZ, Hélder Pordeus. A saúde das professoras, os contornos de gênero e o trabalho no Ensino Fundamental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00189617, 2019. Disponível: <https://www.scielosp.org/article/csp/2019.v35suppl1/e00189617/pt/> Acesso em: 25 de mar de 2023.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; SILVA, Edith Seligmann. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844611007.pdf> Acesso em: 20 de set de 2022.

OLIVEIRA, D. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.

44, p. 209-227, 2006. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n44/n44a11.pdf>
Acesso em: 18 de mai de 2023.

PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; ANDRADE, R. D.; BLEYER, F. T. S.; LOPES, A. S. Associação entre o perfil de ambiente e condições de trabalho com a percepção de saúde e qualidade de vida em professores de Educação Básica. **Cad. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 2, p. 113-119, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/YqXmbJxKynW8dQkZV6xVK8P/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 25 de mar de 2023.

RISTOW, Marcia Regina; MELANIA, Rita. O MAL-ESTAR E OS RISCOS DA PROFISSÃO DOCENTE. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 6, n. 11, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/download/366/277> Acesso em: 28/05/2023.

SANGOI, Thais Picolin. **(In) Satisfação no trabalho de docentes de uma escola estadual: um estudo de caso**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7445/SANGOI,%20THAIS%20PICOLIN.pdf?sequence=1> Acesso em: 01 de jun. de 2023.

SILVA, J. P. da. **Quando o trabalho invade a vida: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-28062018-083933/publico/JeffersonPeixotodaSilvaREVISADA.pdf> Acesso em: 28 de mai. de 2023.

SOLDATELLI, Rosângela. **O processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95398/300907.pdf?sequenc>
Acesso em: 18 de mai de 2023.

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 87-99, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2018.v42n116/87-99> Acesso em: 26 de set de 2022.

ZACCHI, Marlucy. **Professores(as): trabalho, vida e saúde**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87237/203874.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 de mai de 2023

APÊNDICE A – Questionário aplicado na pesquisa**1. Idade:**

- Menos de 20 anos
- 20 a 25 anos
- 26 a 34 anos
- 35 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- Mais de 50 anos

2. Sexo:

- Feminino
- Masculino

3. Estado civil:

- Solteira
- Casada
- Separada
- Divorciada
- União estável

4. Etnia:

- Preta
- Branca
- Parda
- Indígena

5. Escolaridade:

- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Pós-Doutorado

6. Qual a sua renda média mensal?

- Até um salário mínimo
- Dois salários mínimos
- Três salários mínimos
- Mais de três salários mínimos

7. Série em que atua:

- 1º
- 2º
- 3º
- 4º
- 5º

8. Tempo de trabalho:

- 1 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10 a 20 anos
- 20 a 25 anos
- Mais de 25 anos

9. Trabalha em mais de uma escola?

- Sim
- Não

10. Carga horária semanal média

- 20 h semanais
- 40 h semanais

11. Quantidade de turnos que trabalha:

- 1
- 2
- 3

12. Número de turmas que possui:

- 1 a 5
- 5 a 10
- Mais de 10

13. Em média, qual o número de alunos por turma?

- Menos de 20
- de 20 a 30
- de 31 a 40
- Mais de 40

14. Possui alunos com necessidades educacionais especiais?

- Sim
- Não

15. Com que frequência leva trabalhos para casa?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

16. Como você avalia a presença de materiais pedagógicos e didáticos na escola?

- Excelente
- Muito bom
- Bom
- Regular
- Péssimo

17. Você considera que sua profissão te expõe a algum tipo de risco?

- Sim
- Não

18. Como você avalia sua remuneração em relação ao trabalho que desenvolve?

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Péssimo

19. Como você avalia a estrutura da escola onde trabalha?

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Péssima

20. Como você avalia a relação de trabalho com os outros professores e colegas de trabalho?

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Péssima

21. Como você avalia a relação de trabalho com a sua coordenação?

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular
- Péssima

22. Como você avalia a sua relação com os alunos?

- Excelente
- Muito boa
- Boa
- Regular

Péssima

23. Como você considera a sua relação com os pais de alunos?

Excelente

Muito boa

Boa

Regular

Péssima

24. Com que frequência sente sintomas de ansiedade?

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

25. Com qual frequência você sente sintomas de tristeza/desânimo?

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

26. Com que frequência sente sintomas de irritabilidade/raiva?

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

27. Como você considera a qualidade do seu sono?

Excelente

Muito boa

Boa

- Regular
- Péssima

28. Assinale os sintomas físicos que você teve nas últimas duas semanas:

- Dor de garganta
- Dor na coluna
- Dor de cabeça
- LER – Lesão por Esforço Repetitivo

29. Com que frequência você sente-se pressionado por prazos e atividades relacionadas ao seu trabalho?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

30. Com que frequência você encontra dificuldade de realizar, com satisfação, suas tarefas diárias?

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Nome do Pesquisador Principal ou Orientador(a): Prof.^a. Me. Gracielle Santana

Nome do(s) Pesquisadores assistentes/alunos: Verônica Dias Leite

1. **Natureza da pesquisa:** O (A) Sr.(a). está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar como a precarização do trabalho impacta na saúde mental dos professores da Educação Básica.
2. **Envolvimento na pesquisa:** Sua participação é voluntária, você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar, podendo se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis no telefone disponível. O (A) Sr. (a). também pode obter mais informações sobre esta pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB no telefone ou e-mail disponível abaixo.
3. **Sobre o TCLE:** O presente termo está de acordo com os Critérios da Ética em Pesquisa (Resolução CNS nº 466 de 2012) e terá todas as suas páginas rubricadas pelo pesquisador responsável, e ainda será elaborado em duas vias, garantido que uma seja entregue ao Sr. (a) e a outra mantida em arquivo pelo pesquisador responsável. O Sr. (a) só poderá iniciar o questionário on-line após consentir com a sua participação na pesquisa de acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012.
4. **Sobre o questionário:** Ao acessar o link do questionário on-line, inicialmente, o Sr. (a) terá acesso as informações sobre essa pesquisa, bem como, a esse TCLE e só poderá começar a responder após o consentimento do mesmo e a disponibilização do e-mail do Sr. (a) para envio da cópia do TCLE e dos possíveis resultados da pesquisa. O questionário será composto por trinta (30) perguntas objetivas, escrita de forma clara para a sua melhor compreensão, disponibilizado de maneira online através da plataforma Google Forms.

5. **Riscos e desconforto:** Ao participar desta pesquisa o Sr. (a) poderá sentir-se constrangido ao responder as perguntas referentes ao seu trabalho. Por isso, os questionários serão realizados individualmente, por meio da plataforma online, visando diminuir a possibilidade de constrangimento. Caso ocorra o Sr. (a) poderá deixar de responde-lo. Ainda existe o risco de vazamento de informações do participante, mas este será minimizado com a codificação dos dados coletados, além de que eles somente serão acessados pela equipe de pesquisa, garantindo a anonimização do participante na divulgação dos resultados.
6. **Confidencialidade:** Garantimos ao (à) Sr. (a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica de acordo com Resolução CNS nº 466 de 2012.
7. **Benefícios:** O (A) Sr. (a) não terá benefícios diretos com a participação nesse estudo, no entanto, os resultados obtidos a partir da sua participação nessa pesquisa contribuirá para a reflexão sobre a saúde mental dos professores e direcionar para novas pesquisas que permitam o engajamento de outras classes que também compõem o núcleo de trabalhadores escolares. Além disso, espera-se que os resultados fomentem a reflexão sobre o planejamento de intervenções em saúde mental eficazes voltadas para essa classe trabalhadora.
8. **Pagamento:** Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador Principal: Prof.^a Me. Gracielle Santana; **TELEFONE:** (98) 99227-2003

Demais pesquisadores: Verônica Dias Leite; **TELEFONE:** (98) 99168-0971

Comitê de Ética em Pesquisa: CEP – Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB

Telefone do Comitê: (98) 4009-7074

E-mail do Comitê: cep@undb.edu.br